

Anexo VI da Ordem de Serviço SUBSET nº 24, de 29 de maio de 2018.
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018

LRF, art. 48 - Anexo VI

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	12.556.663.471,31
Receita Corrente Líquida Ajustada	12.556.173.471,31

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.348.762.669,25	42,60%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	6.152.525.000,94	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	5.844.898.750,89	46,55%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	1.505.484.115,24	11,99%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	25.113.326.942,62	200,00%

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	47.432.556,91	0,38%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.762.465.963,69	22,00%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	23.912.787,70	0,19%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.009.066.155,41	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	878.966.442,99	7,00%

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

NOTA EXPLICATIVA:

1 - Em observância ao art. 36 do Decreto 4166-R/2017, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
CRC ES nº 015974/O-0

BRUNO FUNCHAL
Secretário de Estado da Fazenda

MARCOS PAULO PUGNAL DA SILVA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo IV da Ordem de Serviço SUBSET nº 24, de 29 de maio de 2018
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	23.912.787,70	23.912.787,70
Interna	686.787,70	686.787,70
Empréstimos	686.787,70	686.787,70
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹	-	-
Externa	23.226.000,00	23.226.000,00
Empréstimos	23.226.000,00	23.226.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹	-	-
TOTAL (I)	23.912.787,70	23.912.787,70
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.556.663.471,31	-
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	23.912.787,70	0,19%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS 16,00%	2.009.066.155,41	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	1.808.159.539,87	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA 7,00%	878.966.442,99	7,00%

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	-	-

Fonte: SIGEFES – SEFAZ/SUBSET/GECOG/SUFIC

1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

NOTA EXPLICATIVA:

1 - Em observância ao art. 36 do Decreto 4166-R/2017, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

MARCOS PAULO PUGNAL DA SILVA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

BRUNO FUNCHAL
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo III da Ordem de Serviço SUBSET nº 24, de 29 de maio de 2018
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	46.423.641,64	47.432.556,91	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	46.423.641,64	47.432.556,91	-	-
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	46.423.641,64	47.432.556,91	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	12.193.441.015,92	12.556.663.471,31		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,38%	0,38%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.682.557.023,50	2.762.465.963,69	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	2.414.301.321,15	2.486.219.367,32	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	-	-	-	-

MEDIDAS CORRETIVAS:

Fonte: SIGEFES – SEFAZ/SUBSET/GECON/SUFIC

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 - Os valores informados a seguir como "Contragarantia Recebida" não estão sendo considerados neste demonstrativo, pois tais valores não se referem a Operações de Crédito e sim a garantias contratuais prestadas por terceiros (credores do Estado do Espírito Santo):

Conta Contábil	Posição - Dezembro de 2017 Em R\$	Posição - Abril de 2018 Em R\$
711110102 - FIANÇAS	14.830.883,18	15.188.002,67
711110105 - SEGUROS-GARANTIA	103.538.301,13	107.730.663,26
711110109 - CAUÇÕES RECEBIDAS EM DINHEIRO	5.477.640,17	6.121.606,02
711110110 - OUTRAS CAUÇÕES RECEBIDAS	1.961.849,10	1.961.849,10
711110121 - AVAIS - A DETALHAR POR CONTRATO	8.510,40	8.510,40
711110123 - FIANÇAS - A DETALHAR POR CONTRATO	2.631.285,56	2.628.119,89
711110127 - SEGUROS-GARANTIA - A DETALHAR POR CONTRATO	28.151.229,69	28.151.229,69
711110108 - TÍTULOS PÚBLICOS	127.450,15	127.450,15
711110131 - CAUÇÕES - A DETALHAR POR CONTRATO	3.264.817,85	3.200.705,69
711110199 - OUTRAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS NO PAÍS	157.704,02	158.130,56
712110109 - CAUÇÕES	989.688,07	989.688,07

2 - Em observância ao art. 36 do Decreto 4166-R/2017, este demonstrativo foi elaborado com base exclusivamente nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO FUNCHAL
Secretário de Estado da Fazenda

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

MARCOS PAULO PUGNAL DA SILVA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo II da Ordem de Serviço SUBSET nº 24, de 29 de maio de 2018
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.752.253.297,30	6.785.104.116,69		
Dívida Mobiliária	-	-		
Dívida Contratual	6.562.580.040,50	6.608.481.719,60		
Empréstimos	3.882.703.728,91	3.922.471.173,32		
Internos	2.921.706.807,43	2.905.569.006,18		
Externos	960.996.921,48	1.016.902.167,14		
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	2.302.613.021,45	2.333.974.627,44		
Financiamentos	-	-		
Internos	-	-		
Externos	-	-		
Parcelamento e Renegociação de dívidas	326.056.709,87	318.461.550,57		
De Tributos	-	-		
De Contribuições Previdenciárias	1.291.256,56	1.225.870,52		
PIS/PASEP	324.765.453,31	317.235.680,05		
De Demais Contribuições Sociais	-	-		
Do FGTS	-	-		
Com Instituição Não financeira	-	-		
Demais Dívidas Contratuais	51.206.580,27	33.574.368,27		
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	-	-		
Outras Dívidas	189.673.256,80	176.622.397,09		
DEDUÇÕES (II)	4.638.172.520,71	5.279.620.001,45		
Disponibilidade de Caixa	2.650.570.822,91	3.246.755.729,95		
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.930.257.588,29	3.347.984.263,06		
(-) Restos a Pagar Processados	279.686.765,38	101.228.533,11		
Demais Haveres Financeiros	1.987.601.697,80	2.032.864.271,50		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	2.114.080.776,59	1.505.484.115,24		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.193.441.015,92	12.556.663.471,31		
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	55,38	54,04		
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	17,34	11,99		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	24.386.882.031,84	25.113.326.942,62		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	21.948.193.828,66	22.601.994.248,36		

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-			
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ¹	54.458.850,59	43.521.647,16		
PASSIVO ATUARIAL	2.182.393.865,20	2.182.393.865,20		
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-		
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	363.117.982,52	416.720.513,18		
RP NÃO-PROCESSADOS	363.802.295,89	122.286.907,74		
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-		
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-		
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	-			

Fonte: SIGEFES - SEFAZ/SUBSET/GECON/SUFIC

1. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

NOTAS EXPLICATIVAS:

- O relatório foi elaborado considerando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público e não contemplando o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPFS exceto no tocante ao montante de R\$ 2.182.393.865,20 demonstrado na linha "Passivo Atuarial".
- Em observância ao disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 7ª edição (pag. 554), na linha "Dívida Consolidada (I)" não estão sendo consideradas as provisões que representem o reconhecimento de obrigações cujo valor ainda não esteja definitivamente determinado.
- Na Disponibilidade de Caixa Bruta, não estão sendo considerados os valores referente às cauções e a outros valores passíveis de restituição.
- Na linha "Disponibilidade de Caixa Bruta", está contido o valor registrado na conta contábil 114000000 (Investimento e Aplicações Temporárias a curto prazo) referente à coluna Saldo do Exercício Anterior.
- Nos valores que compõem a Dívida Consolidada não está sendo considerado o montante de R\$ 5.960,76 registrado como atributo de superávit financeiro = "P" nas contas contábeis "214131101 - PIS/PASEP do Exercício" (R\$ 5.008,35) e "218910506 - Juros, Multas e Correções Monetárias sobre Obrigações Tributárias e Contributivas a Recolher" (R\$ 952,41) pela UG 410201 - IEMA, em virtude de tais valores não se referirem à Dívida Consolidada.
- Na linha "Demais Haveres Financeiros" não está sendo considerado o montante de R\$ 1.861.538,31 registrado na conta contábil "121110305 - Financiamentos Concedidos Via Agente Financeiro - BANDES (Exceto FUNDAP)", em virtude de tal aporte financeiro não ter sido realizado com recursos oriundos do orçamento fiscal e de seguridade social.
- Na linha "Depósitos e Consignações Sem Contrapartida" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC", em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 8ª edição, estão sendo computados os valores pertinentes aos depósitos pertencentes a terceiros e decorrentes de outras operações não originadas de execução orçamentária, devidamente registrados no Passivo Patrimonial.
- Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC", não estão sendo computadas as contas contábeis: 218813001 - Depósitos Pendentes de Classificação; 218813002 - Depósitos Pendentes de Identificação - Detalhado por Fonte; 218815000 - Parcelamento de Dívida Ativa; 218915001 - Resultantes da Alienação de Bens Móveis; 218915002 - Resultantes da Alienação de Bens Imóveis; 218916001 - Saldo de Caixa a Recolher para a CTU e 218919902 - Simples Nacional a Recolher, em virtude das aludidas contas contábeis não representarem valores pertencentes a terceiros.
- Em observância ao art. 36 do Decreto 41666-R/2017, este demonstrativo foi elaborado com base nos registros contábeis constantes no SIGEFES.

MARCO ANTÔNIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO FUNCHAL
Secretário de Estado da Fazenda

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

MARCOS PAULO PUGNAL DA SILVA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo I da Ordem de Serviço SUBSET nº 24, de 29 de maio de 2018
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)						
	LIQUIDADAS						
	2017						
	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	471.793.143,03	489.542.066,89	476.116.878,84	472.778.841,19	472.607.084,40	470.989.367,97	469.508.263,52
Pessoal Ativo	273.829.630,98	291.543.052,11	275.460.184,50	272.909.452,89	272.172.790,27	271.009.877,61	270.232.239,68
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	227.784.528,44	248.060.411,17	230.830.576,38	230.256.462,83	226.935.257,20	223.987.767,30	227.127.157,70
Obrigações Patronais	46.044.259,82	43.472.998,74	44.460.795,30	42.614.507,60	45.236.808,02	47.021.895,24	43.106.979,51
Benefícios Previdenciários	842,72	9.642,20	168.812,82	38.482,46	725,05	215,07	-1.897,53
Pessoal Inativo e Pensionistas	182.630.086,62	184.057.904,58	188.282.977,80	187.241.081,97	188.672.166,43	187.864.060,06	187.988.487,23
Aposentadorias, Reservas e Reformas	152.301.743,02	153.907.569,45	158.148.202,10	158.214.785,76	159.563.676,55	158.899.374,56	158.195.848,64
Pensões	30.307.368,01	30.127.317,81	30.122.753,60	28.994.448,47	29.108.467,70	28.893.081,22	29.781.577,06
Outros Benefícios Previdenciários	20.975,59	23.017,32	12.022,10	31.847,74	22,18	71.604,28	11.061,53
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	15.333.425,43	13.941.110,20	12.373.716,54	12.628.306,33	11.762.127,70	12.115.430,30	11.287.536,61
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	38.256.344,99	40.661.663,05	38.286.723,52	37.797.334,01	36.409.999,34	36.338.985,14	36.891.075,78
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	906.886,07	854.481,61	842.231,21	708.893,70	615.758,39	676.348,30	605.927,70
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	787.970,99	1.927.887,62	1.960.918,16	1.741.228,94	1.502.415,87	1.620.680,05	2.034.271,83
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	3.539.416,42	4.049.665,79	3.284.622,92	2.659.327,63	1.955.205,56	2.358.183,15	2.586.085,39
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	33.022.071,51	33.829.628,03	32.198.951,23	32.687.883,74	32.336.619,52	31.683.773,64	31.664.790,86
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	433.536.798,04	448.880.403,84	437.830.155,32	434.981.507,18	436.197.085,06	434.650.382,83	432.617.187,74

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS					Total (Últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	2017	2018					
	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	621.567.256,22	463.561.606,61	452.059.667,48	467.993.519,56	484.094.135,29	5.812.611.831,00	2.523.002,47
Pessoal Ativo	373.690.429,41	271.868.940,68	257.695.067,14	270.890.633,80	277.374.973,44	3.378.677.272,51	1.584.308,55
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	322.198.436,73	229.870.253,02	217.808.593,13	225.456.245,97	232.229.525,86	2.842.545.215,73	1.257.154,33
Obrigações Patronais	51.491.809,12	41.998.414,33	39.880.683,45	45.434.339,39	45.142.873,22	535.906.363,74	326.154,22
Benefícios Previdenciários	183,56	273,33	5.790,56	48,44	2.574,36	225.693,04	1.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	224.791.472,08	187.409.097,95	184.829.850,85	187.621.241,13	195.346.678,51	2.286.735.105,21	83.746,97
Aposentadorias, Reservas e Reformas	158.881.690,70	157.656.587,02	156.113.803,07	158.473.751,21	164.889.918,98	1.895.246.951,06	28.566,16
Pensões	30.154.850,24	29.745.427,36	28.685.999,40	29.132.853,09	30.451.225,75	355.505.369,71	1.303,69
Outros Benefícios Previdenciários	35.754.931,14	7.083,57	30.048,38	14.636,83	5.533,78	35.982.784,44	53.877,12
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	23.085.354,73	4.283.567,98	9.534.749,49	9.481.644,63	11.372.483,34	147.199.453,28	854.946,95
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	38.923.464,31	58.876.140,03	36.478.648,26	32.863.366,87	34.413.210,49	466.196.955,79	175.208,43
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.653.229,90	68.527,29	248.090,92	495.935,64	751.873,15	8.428.183,88	9.627,67
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.581.539,47	76.559,23	54.002,12	235.102,80	1.554.784,99	15.077.362,07	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.869.237,52	27.253.065,68	7.473.040,77	3.174.491,03	2.577.697,98	63.780.039,84	164.271,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	32.819.457,42	31.477.987,83	28.703.514,45	28.957.837,40	29.528.854,37	378.911.370,00	1.309,76
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	582.643.791,91	404.685.466,58	415.581.019,22	435.130.152,69	449.680.924,80	5.346.414.875,21	2.347.794,04

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.556.663.471,31	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	490.000,00	-
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	12.556.173.471,31	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	5.348.762.669,25	42,60
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.152.525.000,94	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX)=(0,95 x VIII) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	5.844.898.750,89	46,55
LIMITE DE ALERTA (X)=(0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	5.537.272.500,85	44,10

Fonte: SIGEFES – SEFAZ/SUBSET/GECCO/SUFIG

Notas Explicativas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2- Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública do Estado, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido em lei Limite de Despesa com Pessoal.

3 - Na especificação Pessoal Ativo, não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Descrição	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)
AJUDA DE CUSTO - (ND 319016-3893)	2.705.863,72
INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO (ND-319092-4274)	48.923,12
AUXILIO MORADIA (ND 319017-2173, 319092-4278)	862.031,27
TOTAL	3.616.818,11

4 - As Naturezas de Despesa 319091 (Sentenças Judiciais) e 319092 (Despesa de Exercícios Anteriores) do Fundo Financeiro e do Fundo Previdenciário do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), são classificadas como Despesas não Computadas na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

5 - Na linha "Pessoal Inativo e Pensionistas", está sendo computado o montante de **R\$ 1.845.662.772,46**, registrado na Natureza de Despesa 319113-4780, referente à Contribuição Complementar realizada como despesa orçamentária pelo Poder Executivo para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

6 - Com base nos arts. 18, 19 e 20 da LC nº 101/00 (LRF), em orientação emanada da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no processo nº 64634051, as linhas "Pessoal Inativo e Pensionistas" e "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" foram compostas da seguinte forma:

Composição - Pessoal Inativo e Pensionistas	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ao RPPS (vide Tabela abaixo)	378.911.370,00
+ Despesa Liquidada pelo Poder Executivo como Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS (ND 319113-4780)	1.845.662.772,46
+ Inativos e Pensionistas Custeados diretamente por outros órgãos do Poder Executivo	62.160.962,75
Total	2.286.735.105,21

Composição - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)
Despesa Liquidada Total nas Unidades Gestoras - 600210 (Fundo Financeiro) e 600211 (Fundo Previdenciário)	2.624.260.862,59
(-) Benefícios Previdenciários pertinentes aos demais Poderes (Vide nota 7)	399.686.720,13
(-) Benefícios pagos com recursos oriundos da Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS - Poder Executivo	1.845.662.772,46
Despesa Vinculada a Contribuições de Segurados e Patronal - RPPS (Poder Executivo)	378.911.370,00

7 - Em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - 7ª edição, pág. 519, foram excluídas do demonstrativo as ações relativas aos benefícios previdenciários dos inativos e pensionistas vinculados aos demais poderes do Estado do Espírito Santo, de forma a evidenciar, neste demonstrativo, somente as despesas com inativos e pensionistas vinculados ao Poder Executivo. O montante excluído, segregado por fundo, é demonstrado a seguir:

Ação Orçamentária	Liquidado - últimos 12 meses (Em R\$)
Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Financeiro (UG 600210)	398.798.328,09
Ação 0009 - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	37.335.666,10
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	37.499.451,00
Ação 0059 - Ministério Público do Estado do Espírito Santo	62.491.282,86
Ação 0126 - Benefícios Previdenciários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	251.704.879,45
Ação 0127 - Benefícios Previdenciários dos Cartórios não Oficializados do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	9.667.048,68
Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Previdenciário (UG 600211)	888.392,04
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	726.617,01
Ação 0126 - Benefícios Previdenciários do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	161.775,01
Total	399.686.720,13

8 - O valor de R\$ 490.000,00 constante na linha "(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)" foi obtido mediante o demonstrativo disponível no site eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional (><http://tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>, na opção "5 - Dados Consolidados", no tópico "Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares Individuais transferidas aos Estados").

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

BRUNO FUNCHAL
Secretário de Estado da Fazenda

MARCOS PAULO PUGNAL DA SILVA
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado